

Senado muda o regimento para aplicar Carta

MARBA FURTADO
Da Editoria de Política

O Senado Federal terá seu Regimento Interno totalmente reformulado em data que coincidirá com a promulgação da Constituição, podendo trabalhar imediatamente com normas adaptadas às novas disposições constitucionais. O 1º secretário da Casa, senador Jutahy Magalhães (PMDB/BA), que já requisitou quatro assessores da Secretaria Geral para iniciar a tarefa, acredita que esta é a grande chance que o Senado esperava para mudar seu instrumento de trabalho. Na verdade, o Senado já se prepara para votar mais de 200 leis ordinárias e complementares que vão regulamentar a futura Carta.

O grupo de quatro assessores, encarregado de realizar um levantamento dos pontos de conflito entre as normas constitucionais que entrarão em vigor e o Regimento atual, tem até o dia 20 deste mês para concluir o trabalho. A relação de mudanças será encaminhada a uma comissão de senadores, coordenada por Jutahy Magalhães, que em 10 dias transmitirá o projeto de Regimento à Mesa Diretora. Até o dia 30, o presidente do Senado, Humberto Lucena, deve receber a proposta que será examinada pela Mesa. Os senadores Dirceu Carneiro (PMDB/SC) e Lourival Baptista (PFL/SE) trabalharão com Jutahy na elaboração do anteprojeto.

O senador baiano adiantou que voltará a defender teses que há três anos vêm sendo rejeitadas a cada tentativa de reformulação do Regimento Interno da Casa. Para ele, deve haver uma mudança total e não apenas uma adaptação das normas regimen-

tais em vigor às novas disposições constitucionais, que devolvem as prerrogativas do Congresso Nacional suprimidas durante os governos militares. Ele defende, por exemplo, proposta semelhante à do líder do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), de dar maior equilíbrio aos horários de liderança, acabando com a figura do "líder de si mesmo".

"Muitas propostas serão apresentadas e discutidas pela comissão. Temos que normatizar o uso da palavra nas sessões, a divisão dos tempos das próprias sessões plenárias", exemplifica. Jutahy reconhece que um dos pontos fundamentais da reformulação do Regimento será a fixação do funcionamento das comissões permanentes e das comissões parlamentares de inquérito, que pela nova Constituição têm seus poderes ampliados. Ele é a favor da redução do número dos órgãos (atualmente são 19, incluindo a Comissão Diretora). Defende também a necessidade de uma comissão que examine previamente toda proposta que chegue ao Senado, antes que ela seja apreciada pelo plenário.

Os assessores da Secretaria Geral, que no primeiro dia de trabalho encontraram dificuldades para desenvolver sua tarefa, por falta de cópias do texto constitucional, já estavam ontem com o material. No entanto, eles continuam divididos entre o assessoramento da revisão final na Carta e o projeto regimental. Jutahy acredita que o levantamento do grupo será concluído antes do dia 20. Ao mesmo tempo, os servidores estão encarregados também de manter contato com a Câmara dos Deputados para programar a elaboração do Regimento comum às duas Casas.

JULIO ALCANTARA



Cabral, Passarinho e Ulysses: andando rápido, sem protelar e sem mexer no mérito do texto

Ulysses rejeita o 3º turno na Constituinte

Ao garantir que a Comissão de Redação não fará qualquer alteração de mérito no projeto aprovado pelo plenário, o deputado Ulysses Guimarães afastou ontem a possibilidade de realização de um terceiro turno de votações na Constituinte. Ulysses também recusou a proposta de adiamento da sessão destinada à votação da redação final, prevista para o próximo dia 22: "Estamos andando rápido, não haverá necessidade de protelações", acrescentou o parlamentar.

Em seu primeiro dia de funcionamento, a Comissão de Redação da Constituinte examinou ontem todas as correções introduzidas no texto pelo deputado Bernardo Cabral, além das 57 sugestões encaminhadas pelos relatores. Ficou pendente apenas a questão do tabelamento dos juros bancários, em torno da qual as lideranças partidárias não conseguiram se entender entender. Presente o dia inteiro aos trabalhos da Co-

missão, embora não a integre, o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) conseguiu o apoio do PSDB e do PDT para derrubar alteração feita pelo relator Bernardo Cabral, pela qual o tabelamento só passaria a vigorar após a sua regulamentação por lei complementar.

A pauta da reunião de hoje da Comissão inclui ainda o exame das mais de 100 emendas de redação apresentadas pelo filólogo Celso Cunha, além das sugestões dos próprios integrantes do órgão. Quinta-feira, abre-se prazo aos demais constituintes para fazerem as suas propostas. O deputado Nelson Aguiar (PDT-ES) adiantou-se e já encaminhou ontem ao presidente Ulysses Guimarães uma lista de 45 erros gramaticais que ele afirma ter encontrado no projeto.

ALTERAÇÃO

O deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, acusou ontem o

"rolo compressor da direita" de estar alterando, na Comissão de Redação, o conteúdo de dispositivos nacionalistas aprovados pelo plenário da Constituinte. A acusação do deputado foi feita espontaneamente à imprensa, logo em seguida à supressão das minas da relação de propriedade da União. "Agora, só as jazidas pertencem à União. Na hora em que forem descobertas, o monopólio acaba e a iniciativa privada entra em ação", protestou Lima.

Outra alteração que mereceu críticas do líder do PC do B, com o apoio do petista José Genoíno, foi a supressão da palavra "naturais" — de calamidades naturais, que permitem ao Presidente da República decretar o Estado de Defesa. Com a mudança, segundo explicou Haroldo Lima, uma greve, por exemplo, pode vir a ser considerada como calamidade e, sob o Estado de Defesa, ser esmagada pela repressão policial.